

VIVÊNCIAS E DESAFIOS DE FAMÍLIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Andressa dos Santos Soares

Graduanda do Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal do Piauí, Campus São Raimundo Nonato (IFPI-CASRN)

casrn.2023115lmat0010@aluno.ifpi.edu.br

Lavínia Maria Brito de Oliveira

Graduanda do Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal do Piauí, Campus São Raimundo Nonato (IFPI-CASRN)

laviniamariabritodeoliveira@gmail.com

Renata Assis de Sousa

Graduanda do Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal do Piauí, Campus São Raimundo Nonato (IFPI-CASRN)

renataassisdesousa@gmail.com

Vanessa Farias Brito

Graduanda do Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal do Piauí, Campus São Raimundo Nonato (IFPI-CASRN)

fariasbritovanessa@gmail.com

Amaya de Oliveira Santos

Professora-orientadora: Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, PROFEPT IFPI

amayaoliveira@ifpi.edu.br

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo reflexivo desenvolvido na disciplina de Educação Especial e Inclusiva, cujo objetivo foi compreender as vivências e desafios de famílias de pessoas com deficiência. Para a coleta de dados, elaborou-se um formulário eletrônico no Google Forms, respondido por seis familiares (mães e parentes próximos). As respostas revelaram experiências relacionadas ao processo de diagnóstico, às dificuldades enfrentadas, às situações de preconceito e exclusão, bem como às trajetórias de inclusão escolar e social. Os resultados evidenciam que o diagnóstico nem sempre ocorre de forma ágil, acarretando sofrimento emocional; que os desafios enfrentados envolvem aspectos financeiros, falta de apoio escolar e barreiras sociais; e que o preconceito se mantém como obstáculo constante. Apesar das dificuldades, os relatos destacam o papel fundamental da família na luta por direitos, acessos e inclusão. A análise indica a urgência de investimentos em formação continuada de professores, acessibilidade em espaços públicos, fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado e campanhas de conscientização contra o preconceito. Conclui-se que a inclusão é um direito garantido por lei, mas ainda distante da realidade, exigindo compromisso coletivo para sua efetivação.

Palavras-chave: inclusão; famílias; deficiência; desafios; educação especial.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão da pessoa com deficiência é assegurada pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que estabelece direitos fundamentais, mas a realidade ainda apresenta

inúmeras barreiras. Como defende Mantoan (2006), a inclusão não se resume à adaptação escolar, mas implica mudanças atitudinais e acolhimento da diversidade.

Este estudo buscou compreender como famílias convivem com os desafios decorrentes do diagnóstico, do preconceito e da inclusão escolar e social, destacando o papel da escola e da sociedade nesse processo. Para Freire (1996), a prática educativa deve ser construída no diálogo e no respeito ao outro, o que reforça a importância da escuta das famílias e da empatia em relação às suas vivências.

2 METODOLOGIA

A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada por meio de um formulário eletrônico no Google Forms, aplicado a familiares de pessoas com deficiência. Participaram seis respondentes, entre mães e outros parentes próximos.

Optou-se pela abordagem qualitativa por permitir compreender as percepções e experiências dos participantes a partir de suas próprias narrativas, valorizando o contexto social e subjetivo em que estão inseridos. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa busca interpretar os significados atribuídos pelos sujeitos aos fenômenos vividos, sendo adequada para estudos voltados à educação e à inclusão social. Assim, a natureza interpretativa da investigação fundamenta-se em princípios que reconhecem o valor do diálogo, da escuta e da construção coletiva do conhecimento.

O instrumento abordou questões sobre diagnóstico, desafios enfrentados, preconceito, inclusão escolar e inclusão social. O objetivo foi analisar os relatos e refletir sobre como tais vivências se relacionam com os conceitos discutidos na disciplina de Educação Especial e Inclusiva.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão da pessoa com deficiência, garantida pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), ainda enfrenta entraves práticos que repercutem na vida das famílias. Entre eles, destacam-se as barreiras atitudinais, apontadas por Sassaki (2003), que se expressam em preconceito e falta de sensibilidade social, situações também relatadas pelos participantes desta pesquisa.

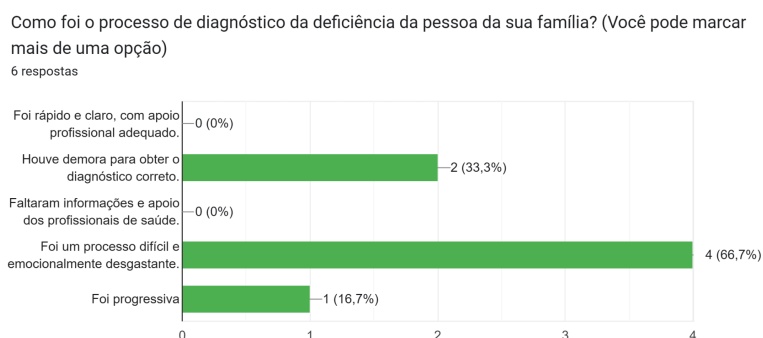
No contexto escolar, Mantoan (2006) enfatiza que incluir não é apenas matricular, mas oferecer condições reais de aprendizagem, o que se relaciona às percepções das famílias que avaliaram o suporte das escolas como apenas “regular”. Além disso, a formação continuada de professores, destacada por Libâneo (2012), aparece como necessidade urgente diante das dificuldades relatadas.

Por fim, a reflexão dos familiares sobre amor, empatia e respeito dialoga com a visão de Freire (1996), que defende uma educação humanizadora e construída no diálogo. Esses referenciais ajudam a compreender melhor as falas dos participantes e a relacionar a pesquisa com as discussões atuais sobre inclusão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os relatos evidenciam experiências diversas em relação ao diagnóstico. Algumas famílias receberam apoio profissional adequado, enquanto outras enfrentaram processos longos e desgastantes, tanto no aspecto emocional quanto no prático. Esses dados podem ser visualizados na figura 1.

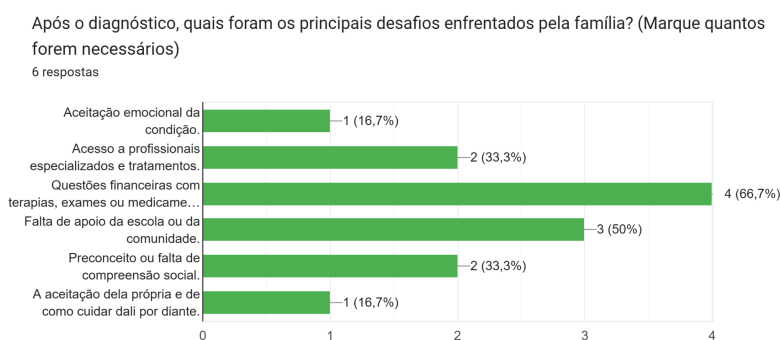
Figura 1 - Processo de diagnóstico da deficiência



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Após o diagnóstico, os principais desafios relatados foram: dificuldades financeiras, falta de apoio escolar e comunitário, dificuldade de acesso a profissionais especializados e barreiras sociais. O preconceito foi citado como obstáculo recorrente, reforçando o que Sasaki (2003) descreve como barreiras atitudinais, que dificultam a convivência e a inclusão. A figura 2 ilustra esses resultados.

Figura 2 - Principais desafios enfrentados após o diagnóstico

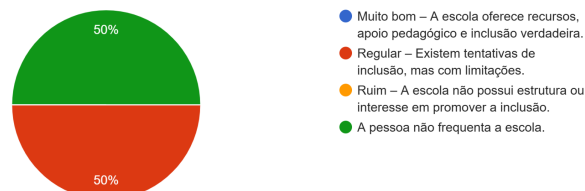


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No contexto escolar, a maioria das famílias classificou o suporte recebido como “regular”, sinalizando a necessidade de maior formação docente e de recursos pedagógicos. Libâneo (2012) destaca que a formação continuada de professores é essencial para o desenvolvimento de práticas inclusivas. A figura 3 apresenta a percepção das famílias em relação ao suporte escolar.

Figura 3 - Avaliação do suporte escolar

Em relação à inclusão escolar, como você avalia o suporte oferecido pela escola? (Escolha apenas uma opção)
6 respostas

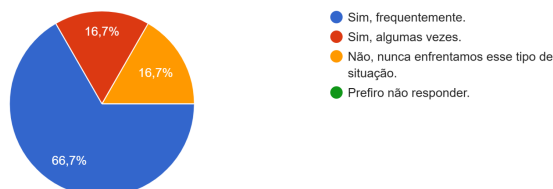


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quanto à inclusão social, os relatos mostraram que a trajetória é desafiadora, mas marcada por dedicação, amor e luta das famílias. Um depoimento destacou que, além da acessibilidade física, o essencial é compreender os limites da pessoa e oferecer amor e respeito, em consonância com a visão de Freire (1996) sobre uma educação humanizadora. Esses dados dialogam com os resultados apresentados na figura 4.

Figura 4 - Vivências de preconceito ou exclusão

Sua família já vivenciou alguma situação de preconceito ou exclusão social? (Escolha apenas uma opção)
6 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Esses resultados permitem refletir que, embora existam políticas públicas e leis de proteção, sua efetivação ainda é insuficiente. As famílias assumem papel protagonista, mas precisam do apoio da sociedade e do poder público.

5 CONCLUSÃO

A análise das respostas revelou que a inclusão vai além da presença física da pessoa com deficiência nos espaços escolares ou sociais: requer condições reais de participação, acolhimento e respeito. Apesar dos avanços legais, como a Lei Brasileira de Inclusão (2015), a realidade ainda apresenta lacunas significativas.

Torna-se urgente:

- investir na formação continuada de professores (LIBÂNEO, 2012);

- ampliar a acessibilidade física, comunicacional e pedagógica (SASSAKI, 2003);
- criar espaços de escuta e acolhimento às famílias nas escolas;
- articular saúde, educação e assistência social;
- fortalecer o Atendimento Educacional Especializado(AEE);
- e promover campanhas de conscientização contra o preconceito.

Concluímos que a inclusão é um direito inegociável e que seu cumprimento exige compromisso coletivo. Como futuros educadores, temos a responsabilidade de contribuir para uma sociedade que reconheça e valorize a diversidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.